



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE

Paço Municipal "Messias Rolim da Silva"
Praça Raul Gomes de Abreu, 200 - Centro
CEP 18.170-000 - Caixa Postal 243 - Piedade - SP
Fone (15) 3244-3030 Fax (15) 3244-3151

Lei n.º 3580 de 31 de março de 2005

"Dispõe sobre o parcelamento de débitos municipais de qualquer natureza, com objetivo a recuperação fiscal - REFIS - em caráter excepcional, e dá outras providências".

José Tadeu de Resende, Prefeito do Município de Piedade do Estado de São Paulo;

No uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;

Faz saber que a Câmara Municipal de Piedade aprova e ele sanciona e promulga a seguinte lei :

Art. 1º - Os débitos de pessoas físicas ou jurídicas, junto a Prefeitura Municipal de Piedade, com vencimento até 30 de dezembro de 2.004, poderão ser parcelados em até 36 (trinta e seis) prestações mensais iguais e consecutivas.

§ 1º - Para efeito desta lei, serão considerados os débitos municipais relativos:

- I. IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano;**
- II. ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;**
- III. Contribuição de Melhoria;**
- IV. Taxas e Receitas Diversas.**

§ 2º - O disposto neste artigo aplica-se aos débitos constituídos, inscritos ou não em Dívida Ativa, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento ou mesmo reparcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

§ 3º - Somente farão jus ao parcelamento previsto nesta Lei os contribuintes inscritos nos Cadastros de Contribuintes do Município de Piedade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE

Paço Municipal "Messias Rolim da Silva"
Praça Raul Gomes de Abreu, 200 - Centro
CEP 18.170-000 - Caixa Postal 243 - Piedade - SP
Fone (15) 3244-3030 Fax (15) 3244-3151

Art. 2º - O débito objeto do Parcelamento Especial será consolidado no mês do pedido e dividido pelo número de prestações (máximo de trinta e seis parcelas), sendo que o montante de cada parcela mensal não poderá ser inferior a:

- I. R\$ 26,00 (Vinte e seis reais), para as pessoas físicas;
- II. R\$ 50,00 (Cinquenta reais), para pessoas jurídicas.

Art. 3º - Para fins da consolidação referida no caput do art. 2º, os valores correspondentes à multa e juros moratórios, serão reduzidos em:

- I. 100% (cem por cento) para os pagamentos à vista;
- II. 80% (oitenta por cento) para os pagamentos em até 10 (dez) parcelas;
- III. 50% (cinquenta por cento) para os pagamentos em até 20 (vinte) parcelas;
- IV. 20% (vinte por cento) para os pagamentos em até 36 (trinta e seis) parcelas.

Parágrafo único - A opção pelo parcelamento de que trata esta Lei, exclui a concessão de qualquer outro benefício, extinguindo os parcelamentos anteriormente concedidos, admitida a transferência de seus saldos remanescentes para a modalidade prevista nesta Lei.

Art. 4º - Os débitos de que trata esta lei, poderão ser pagos através de fichas de compensação, emitidas pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Piedade.

Art. 5º - A opção pelo parcelamento, dar-se-á mediante requerimento do contribuinte, em formulário próprio e deverá ser formalizado até 90 (noventa) dias após a data da publicação desta Lei.

§ 1º - O vencimento da primeira parcela será o último dia útil do mês correspondente a opção, as demais vencerão na mesma data dos meses subsequentes.

§ 2º - O deferimento do parcelamento fica condicionado ao pagamento da primeira parcela.

§ 3º - O prazo tratado no caput deste artigo poderá ser prorrogado por Decreto do Executivo, justificadas a oportunidade e a conveniência do ato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE

Paço Municipal "Messias Rolim da Silva"
Praça Raul Gomes de Abreu, 200 - Centro
CEP 18.170-000 - Caixa Postal 243 - Piedade - SP
Fone (15) 3244-3030 Fax (15) 3244-3151

Art. 6º - Decorrido o prazo para o pedido de parcelamento estabelecido no artigo 5º desta lei, este somente será deferido nos termos estabelecidos na Lei Municipal n.º 2.195, de 31 de Dezembro de 1991 - Código Tributário Municipal.

Art. 7º - Havendo débitos já ajuizados o respectivo processo judicial será suspenso pelo prazo correspondente ao parcelamento.

Art. 8º - O não pagamento das parcelas no prazo avençado ensejará, sobre o débito fiscal, a cobrança dos acréscimos previstos na legislação tributária municipal - CTM.

Art. 9º - A opção ao parcelamento, independerá de apresentação de garantia ou de arrolamento de bens, mantidas aquelas decorrentes de débitos transferidos de outras modalidades de parcelamento, execução fiscal ou demais ações judiciais.

Parágrafo único - Os depósitos existentes, vinculados aos débitos a serem parcelados nos termos desta Lei, serão automaticamente convertidos em renda da Municipalidade, concedendo-se o parcelamento sobre o saldo remanescente.

Art. 10 - A opção ao parcelamento fica condicionada, ainda, a comprovação da desistência expressa e irrevogável das respectivas ações e contestações judiciais, defesas administrativas formuladas pelo contribuinte, bem como da renúncia ao direito em que se funda a ação ou contestação judicial e o pleito administrativo, relativos aos débitos inclusos no parcelamento que trata a presente Lei.

§ 1º - Na desistência de ação judicial, deverá o contribuinte suportar o valor da verba de sucumbência decorrente da desistência da respectiva ação judicial devendo, mediante apuração da Procuradoria Jurídica, ser paga em até 03 (três) parcelas mensais, iguais e consecutivas, observando-se o valor mínimo, por parcela, de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 2º - A desistência a que se refere o parágrafo anterior deverá ser comprovada até o último dia útil do mês subsequente ao do pedido de parcelamento, sob pena de indeferimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE

Paço Municipal "Messias Rolim da Silva"
Praça Raul Gomes de Abreu, 200 - Centro
CEP 18.170-000 - Caixa Postal 243 - Piedade - SP
Fone (15) 3244-3030 Fax (15) 3244-3151

Art. 11 - No ato da celebração do parcelamento, deverá constar, obrigatoriamente, do pedido:

- I - A assinatura, pelo contribuinte, de confissão irretratável e irrevogável da dívida, ou por seu procurador;**
- II - Número do processo judicial se houver, ou da notificação, de forma a identificar o débito e sua origem e o número de parcelas pretendidas;**
- III - Termo de acordo contendo, circunstanciadamente, todos os elementos do parcelamento;**
- IV - pagamento regular das parcelas do débito consolidado;**
- V - pagamento regular dos tributos municipais, com vencimento posterior a 30 de dezembro de 2.004.**

Art. 12 - A assinatura da confissão irretratável e irrevogável da dívida, a que se refere esta Lei, interrompe a prescrição da ação para a cobrança do crédito tributário nela referida, nos termos do artigo 174, parágrafo único, inciso IV do Código Tributário Nacional.

Art. 13 - A competência para deliberação sobre os pedidos de parcelamento e reparcèlement, fica atribuída:

- I - A Diretoria Financeira - Divisão de Tesouraria, para todos os débitos fiscais inscritos na Dívida Ativa e não ajuizados;**
- II - A Procuradoria Jurídica, somente para os débitos ajuizados.**

Art. 14 - O contribuinte será excluído do parcelamento, mediante ato do Diretor Municipal de Finanças, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

- I. Inobservância de qualquer uma das exigências estabelecidas na presente Lei;**
- II. Constituição de crédito tributário, lançado de ofício, correspondente a tributo abrangido por este parcelamento e não incluso na confissão que trata o § 2º do art. 1º, salvo se integralmente pago até 30 (trinta) dias contados de sua constituição definitiva;**
- III. Prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, visando diminuir ou a subtrair receita do contribuinte optante;**



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE

Paço Municipal "Messias Rolim da Silva"
Praça Raul Gomes de Abreu, 200 - Centro
CEP 18.170-000 - Caixa Postal 243 - Piedade - SP
Fone (15) 3244-3030 Fax (15) 3244-3151

- IV. Inadimplência por 03 (três) meses consecutivos ou 06 (seis) alternados, o que ocorrer primeiro, relativamente a tributo abrangido pelo parcelamento, inclusive aqueles com vencimento após 30 de dezembro de 2.004.**

Parágrafo único - A exclusão do contribuinte do parcelamento acarretará imediata exigibilidade da totalidade do débito confessado e não pago, aplicando-se sobre o montante devido os acréscimos legais, previstos na legislação municipal, à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, executando-se, automaticamente, as garantias eventualmente prestadas.

Art. 15 - Ao contribuinte que, optando pelo parcelamento e dele for excluído, será vedada a concessão de qualquer outra modalidade de parcelamento até 31 de dezembro de 2.008.

Art. 16 - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações de orçamento vigente.

Art. 17 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Piedade, em 31 de março de 2005


José Tadeu de Resende
Prefeito Municipal

Autor do Projeto: Prefeito Municipal com emenda ao art. 1º, 2º e 3º inciso IV de autoria do Vereador Daniel Dias de Moraes



PREFEITURA MUNICIPAL DE PIEDADE

Paço Municipal "Messias Rolim da Silva"
Praça Raul Gomes de Abreu, 200 - Centro
CEP 18.170-000 - Caixa Postal 243 - Piedade - SP
Fone (15) 3244-3030 Fax (15) 3244-3151

JORNAL DO MUNICIPIO DE PIEDADE

DATA: 12/04/05

EDIÇÃO Nº 58

Lei n.º 3580 de 31 de
março de 2005

"Dispõe sobre o parcelamento de débitos municipais de qualquer natureza, com objetivo a recuperação fiscal - REFIS - em caráter excepcional, e dá outras providências".

José Tadeu de Resende,
Prefeito do Município de Piedade do Estado de São Paulo;

Não uso das atribuições que lhe são conferidas por lei;
Faz saber que a Câmara Municipal de Piedade aprova e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Os débitos de pessoas físicas ou jurídicas, junto a Prefeitura Municipal de Piedade, com vencimento até 30 de dezembro de 2.004, poderão ser parcelados em até 36 (trinta e seis) prestações mensais iguais e consecutivas.

§ 1º - Para efeito desta lei, serão considerados os débitos municipais relativos:

- I. IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano;
- II. ISSQN - Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- III. Contribuição de Melhoria;
- IV. Taxas e Receitas Diversas.

§ 2º - O disposto neste artigo aplica-se aos débitos constituídos, inscritos ou não em Dívida Ativa, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento ou mesmo reparcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

§ 3º - Somente farão jus ao parcelamento previsto nesta Lei os contribuintes inscritos nos Cadastros de Contribuintes do Município de Piedade.

Art. 2º - O débito objeto do Parcelamento Especial será consolidado no mês do pedido e dividido pelo número

de prestações (máximo trinta e seis parcelas), sendo que o montante de cada parcela mensal não poderá ser inferior a:

I. R\$ 26,00 (Vinte e seis reais), para as pessoas físicas;

II. R\$ 50,00 (Cinquenta reais), para pessoas jurídicas.

Art. 3º - Para fins da consolidação referida no caput do art. 2º, os valores correspondentes à multa e juros moratórios, serão reduzidos em:

I. 100% (cem por cento) para os pagamentos à vista;

II. 80% (oitenta por cento) para os pagamentos em até 10 (dez) parcelas;

III. 50% (cinquenta por cento) para os pagamentos em até 20 (vinte) parcelas;

IV. 20% (vinte por cento) para os pagamentos em até 36 (trinta e seis) parcelas.

Parágrafo único - A opção pelo parcelamento de que trata esta Lei, exclui a concessão de qualquer outro benefício, extinguindo os parcelamentos anteriormente concedidos, admitida a transferência de seus saldos remanescentes para a modalidade prevista nesta Lei.

Art. 4º - Os débitos de que trata esta lei, poderão ser pagos através de fichas de compensação, emitidas pela Tesouraria da Prefeitura Municipal de Piedade.

Art. 5º - A opção pelo parcelamento, dar-se-á mediante requerimento do contribuinte, em formulário próprio e deverá ser formalizado até 90 (noventa) dias após a data da publicação desta Lei.

§ 1º - O vencimento da primeira parcela será o último dia útil do mês correspondente a opção, as demais vencerão na mesma data dos meses subsequentes.

§ 2º - O deferimento do parcelamento fica condicionado ao pagamento da primeira parcela.

§ 3º - O prazo tratado no caput deste

artigo poderá ser prorrogado por Decreto do Executivo, justificadas a oportunidade e a conveniência do ato.

Art. 6º - Decorrido o prazo para o pedido de parcelamento estabelecido no artigo 5º desta lei, este somente será deferido nos termos estabelecidos na Lei Municipal n.º 2.195, de 31 de Dezembro de 1991 - Código Tributário Municipal.

Art. 7º - Havendo débitos já ajuizados o respectivo processo judicial será suspenso pelo prazo correspondente ao parcelamento.

Art. 8º - O não pagamento das parcelas no prazo avençado ensejará, sobre o débito fiscal, a cobrança dos acréscimos previstos na legislação tributária municipal - CTM.

Art. 9º - A opção ao parcelamento, independentemente de apresentação de garantia ou de arrolamento de bens, mantidas aquelas decorrentes de débitos transferidos de outras modalidades de parcelamento, execução fiscal ou demais ações judiciais.

Parágrafo único - Os depósitos existentes, vinculados aos débitos a serem parcelados nos termos desta Lei, serão automaticamente convertidos em renda da Municipalidade, concedendo-se o parcelamento sobre o saldo remanescente.

Art. 10 - A opção ao parcelamento fica condicionada, ainda, a comprovação da desistência expressa e irrevogável das respectivas ações e contestações judiciais, defesas administrativas formuladas pelo contribuinte, bem como da renúncia ao direito em que se funda a ação ou contestação judicial e o pleito administrativo, relativos aos débitos incluídos no parcelamento que trata a presente Lei.

§ 1º - Na desistência de ação judicial, deverá o contribuinte suportar o valor da verba de sucumbência decorrente da desistência da respectiva ação judicial devendo, mediante apuração da Procuradoria Jurídica, ser paga em até

03 (três) parcelas mensais, iguais e consecutivas, observando-se o valor mínimo, por parcela, de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 2º - A desistência a que se refere o parágrafo anterior deverá ser comprovada até o último dia útil do mês subsequente ao do pedido de parcelamento, sob pena de indeferimento.

Art. 11 - No ato da celebração do parcelamento, deverá constar, obrigatoriamente, do pedido:

I - A assinatura, pelo contribuinte, de confissão irrevogável e irrevogável da dívida, ou por seu procurador;

II - Número do processo judicial se houver, ou da notificação, de forma a identificar o débito e sua origem e o número de parcelas pretendidas;

III - Termo de acordo contendo, circunstanciadamente, todos os elementos do parcelamento;

IV - pagamento regular das parcelas do débito consolidado;

V - pagamento regular dos tributos municipais, com vencimento posterior a 30 de dezembro de 2.004.

Art. 12 - A assinatura da confissão irrevogável e irrevogável da dívida, a que se refere esta Lei, interrompe a prescrição da ação para a cobrança do crédito tributário nela referida, nos termos do artigo 174, parágrafo único, inciso IV do Código Tributário Nacional.

Art. 13 - A competência para deliberação sobre os pedidos de parcelamento e reparcelamento, fica atribuída:

I - A Diretoria Financeira - Divisão de Tesouraria, para todos os débitos fiscais inscritos na Dívida Ativa e não ajuizados;

II - A Procuradoria Jurídica, somente para os débitos ajuizados.

Art. 14 - O contribuinte será excluído do parcelamento, mediante ato do Diretor Municipal de Finanças, diante da ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I. Inobservância de qualquer uma das exigências estabelecidas na presente Lei;

II. Constituição de crédito tributário, lançado de ofício, correspondente a tributo abrangido por este parcelamento e não incluído na confissão que trata o § 2º do art. 1º, salvo se integralmente pago até 30 (trinta) dias contados de sua constituição definitiva;

III. Prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, visando diminuir ou a subtrair receita do contribuinte optante;

IV. Inadimplência por 03 (três) meses consecutivos ou 06 (seis) alternados, o que ocorrer primeiro, relativamente a tributo abrangido pelo parcelamento, inclusive aqueles com vencimento após 30 de dezembro de 2.004.

Parágrafo único - A exclusão do contribuinte do parcelamento acarretará imediata exigibilidade da totalidade do débito confessado e não pago, aplicando-se sobre o montante devido os acréscimos legais, previstos na legislação municipal, à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, executando-se, automaticamente, as garantias eventualmente prestadas.

Art. 15 - Ao contribuinte que, optando pelo parcelamento e dele for excluído, será vedada a concessão de qualquer outra modalidade de parcelamento até 31 de dezembro de 2.008.

Art. 16 - As despesas com a execução desta lei correrão por conta de dotações de orçamento vigente.

Art. 17 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Piedade, em 31 de março de 2005

José Tadeu de Resende
Prefeito Municipal
Autor do Projeto: Prefeito Municipal com emenda ao art. 1º de autoria do Vereador Daniel Dias de Moraes